

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RELATO DO TEMA 2: ELEVAÇÃO DA QUALIDADE E AVALIAÇÃO

RELATORIA : Prof. Gabriel Grabowski (Feevale e IPA/RS)

Coordenadora: Dra. Maria Beatriz Luce (CNE/UNIPAMPA)

Participantes: 1 - Dra. Maria Isabel da Cunha (UNISINOS)

2 - Dr. Roberto Verhine (UFBA) Bahia)

A coordenadora apresenta os conferencistas e introduz uma reflexão e contextualização sobre como chegamos aos temas do FNES , particularmente o tema da Elevação da Qualidade e Avaliação. Lembra que o CNE vinha avaliando o PNE (em ambas câmaras), discutia o Sistema Nacional de Formação de Professores, avalia sistematicamente a Educação Superior (ES) em articulação com o Ensino Fundamental e Médio (este último com taxas negativas nos últimos anos) e, neste contexto e processo, estruturou os temas que compõem a pauta do FNES.

O tema da Elevação da Qualidade e Avaliação está no meio do debate porque precisa embasar a discussão do Compromisso Social e Inovação da ES que discutiremos no último dia do fórum. Entendemos que a *expansão do acesso* implica a garantia de qualidade das condições de trabalho acadêmico e a expansão implica, também, garantia de qualidade mediante credenciamento pelo Estado. E qualidade de relevância social e acadêmica em todas as dimensões (formação docente, currículos, pesquisa, inserção social,..).

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E O CONTEXTO DA INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS PARA A AVALIAÇÃO - Dra. Maria Isabel da Cunha (UNISINOS)

A conferencista registra a deferência pelo espaço de fala neste fórum e sua conseqüente responsabilidade, afirmando que falará a partir de suas pesquisas, reflexões epistemológicas e de sua história na educação.

Temas abordados: Qualidade – avaliação e Inclusão

Inicia sua exposição abordando o conceito de **qualidade** e quais seriam os indicadores que o possam compor, visto que no senso comum qualidade indica algo bom, mas na lingüística não necessariamente, pois pode ser de boa ou má qualidade, ou seja, precisamos atribuir valor cultural e político. A qualidade nasce vinculada a produção industrial de massa (Ford), passando por conceito de “falha”, mas é Cortella (1998) que o reposiciona como parâmetro comprometido com o ser humano e a cidadania ao resignificá-lo como ***uma sólida base científica, formação crítica de cidadania e solidariedade de classe social*** (p.14-15).

Ao retomar as finalidades da ES na LDB, a conferencista destaca:

- *estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;*
- *formar diplomados aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;*
- *incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, difusão da cultura, para desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;*
- *promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*
- *suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora de conhecimento de cada geração;*
- *estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta relação de reciprocidade;*
- *promover a extensão, aberta à participação, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas da instituição.*

Tanto a conferencista quanto a coordenadora apontaram para a necessidade de definição: O que é qualidade? De que qualidade estamos falando? (conceito polissêmico precisa ser adjetivado). Como fomentá-la na ES? Como avaliá-la? Como garanti-la? Estes são desafios que devemos nos debruçar.

E por que avaliamos? A noção de **avaliação** que a escola moderna carrega é a do certo e do errado, do conhecimento legitimado pela nação de verdade e neutralidade, que veio para dizer o que não sabemos e nunca para afirmar o que sabemos. É uma perspectiva pela negatividade.

Nos anos 80, as experiências do PAIUB, afirmam uma idéia de autoria. Nos anos 90, desmontados os anos do Ministro Murilo, temos no governo FHC/Paulo Renato a concepção do mercado como proponente e o Estado mínimo como regulador das determinações oriundas do mercado. O “provão” é um retrocesso porque definiu um ethos regulatório único para todos, tornando IES e docentes de sucesso os que aprovavam no provão.

A **inclusão** insere-se num contexto de universidade que adotou a meritocracia como valor; com um PNE que dá as diretrizes para a educação e cria as metas com retorno definido; com ampliação da rede pública e interiorização da ES; com IES chegando nas pequenas regiões e comunidades, alterando padrões de qualidade e a existência de duas Universidades: da CAPES (avaliação por produtos) e do MEC (avaliação de cursos e do ensino sem impacto na formação). A lógica da pós *stricto sensu* não prepara para trabalhar na graduação de uma universidade inclusiva, pois os saberes da pesquisa e do ensino não são diretos, enquanto na pesquisa são verticais, no ensino são horizontais. As experiências de inclusão só terão êxito se os professores forem preparados para trabalhar com estes novos sujeitos da ES. Penso, às vezes, que a Universidade não quer formar professores para si, só para os outros. A pedagogia e seus conhecimentos não são reconhecidos, há um forte jogo de poder entre os conhecimentos de áreas diferentes.

Precisamos que a qualidade (como competência e excelência), a avaliação e a inclusão sejam agendas de discussão e mobilização da ES.

O tratado de Bolonha está alterando a ênfase do ensino para a aprendizagem. E o que vem a ser esta aprendizagem no ES atual? Comungando com Antonio Novoa, deixo as 4 sugestões e/ou compromissos da Universidade e da ES como contribuição:

- Cooperação entre as Universidades;
- Os Estudantes, sujeitos da aprendizagem e razão da nossa existência;
- Criação científica;
- Modernização da Instituição Universitária.

ELEVAÇÃO DA QUALIDADE E AVALIAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NACIONAL BRASILEIRA - Dr. Roberto Verhine (UFBA) Bahia

O conferencista começa destacando que temos uma riqueza de experiências de sucesso que ele explorará na sua exposição, das quais muitas merecem atenção, existindo também outras ainda incompletas que devem ser criticadas para ser aperfeiçoadas.

Os processos de avaliação tiveram origem nos EUA na década de 1920 mas sem prosperarem no mundo, sendo uma iniciativa de entidades sem envolvimento do Estado. Somente nos anos

de 1980-90, na Europa, num contexto de expansão da ES, a experiência da avaliação assume dimensão de política, inicialmente preocupada com a qualidade e a equivalência dos títulos nos diversos países. Para tanto, aos poucos, a maioria dos países cria sua Agência de Avaliação, autônoma, inclusive dos órgãos de educação, pois também são alvos da avaliação.

No Brasil destacamos: Sistema Capes (1976), PAIUB (1993), ENC/ACE (Provão 1995) e SINAES (2004). Inicialmente a CAPES preocupava-se mais com a distribuição de bolsas, criando critérios de qualidade para os programas e instituiu os níveis A,B,C,D,E. Criou tendências históricas vinculando avaliação com reprovação, regulação, escala de ranqueamento e avaliação entre pares da acadêmica. Já o PAIUB focalizou na avaliação de instituições e na auto-avaliação. Formou uma base literária muito importante e vinculou-a a valores como globalidade, processos formativos, não-punição e outros. O Provão, instituído pelo Decreto 2.026/96 tinha um foco mais amplo, mas o que se consolidou foi o provão isoladamente.

SINAES – Robert retoma o processo de criação da SINAES, desde a Comissão de Especialista, concepção inicial, processos de avaliação (ENADE, Cursos e Instituições), articulados mas independentes entre si, vinculando avaliação com regulação e uma relativa centralidade do Enade nos processos do SINAES.

Fazendo uma reconstrução histórica, o conferencista analisa o ENADE, destacando positividade (avaliação por ciclos, processos amostrais, sistema censitário) e aponta fragilidade e problemas, entre os quais destaca:

- Dúvidas quanto a pertinência do Exame
- Finalidade não claramente posta
- Questões de equidade / obrigatoriedade *
- Limitações no tamanho e na abrangência das provas
- Conceitos referenciados pela norma, não por critérios
- Conceitos contemplam os resultados dos ingressantes *
- Questões quanto a mensuração do IDD *
- Outros componentes do SINAES ainda não implementados na íntegra.

Alerta o pesquisador que se o ENADE constituir-se centralidade da avaliação, sua pertinência e validade serão questionáveis. Da mesma forma o SINAES reforçou a classificação introduzida pela CAPES nos processos avaliativos, agora classificando cursos, alunos e IES. Lembra o conferencista que as classificações não são confiáveis, pois dependem de indicadores utilizados e seus resultados são variados, além de existirem inúmeras formas de avaliação, desviando-nos do foco da qualidade.

Temas Debatidos:

- Sistema Nacional de Avaliação e a garantia de qualidade;
- Pesquisa qualifica o ensino; relação entre Pesquisa e Ensino na graduação;
- Importância dos novos modelos e perfis de IES;
- Formação Geral e formação especializada & ciclo básico (retrocesso);
- Recrutamento de professores e responsabilidade das IES pela formação docente;
- Discurso da desqualificação das licenciaturas;
- A relação universidade com a escola.
- Dicotomia entre saberes/conhecimentos pedagógicos e específicos/especializados (superar).
- Avaliação Institucional & demanda da sociedade;
- Articulação com os CEEs e Sistemas Estaduais de Ensino;
- EaD – problema e um desafio que requer mecanismos que garantam a qualidade;
- ES brasileira com ênfase excessiva na profissionalização;
- CAPES: positivities e problemas a superar (auto-avaliação, desvincular os financiamentos da avaliação, superar os ranqueamentos,...).

PROPOSTAS

Desafios e sugestões para avaliação:

- Retomar a concepção e proposta original do SINAES;

- Articulação entre o SINAES e os sistemas estaduais de educação superior
- Articulação entre o SINAES e a avaliação da CAPES
- Gestão e governança
- Auto-Avaliação
- Qualidade dos avaliadores
- Objetivação das classificações
- Crescimento do sistema
- Diversidade e desequilíbrio

A experiência brasileira em avaliação é expressiva, abrangente (sistema CAPES, PAIUB, Provão Decreto 2.026/96) e SINAES;

Retomar a concepção e proposta original do SINAES;

- Cooperação entre as Universidades (cooperação solidária);
- Os Estudantes, sujeitos da aprendizagem e razão da existência da Universidade (juventude heterogênea abordada hoje);
- Criação científica;
- Modernização da Instituição Universitária.

- Superar a dicotomia ES com Pesquisa e sem pesquisa. Educação Superior deve ser de qualidade para todas, em todas as IES, Modelos e Perfis institucionais (Professora Célia).